

Furlan abre fogo contra política de juros

AA Ministro afirma que governo errou na dose de taxas altas, provocando esfriamento da economia

O ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, se aliou ontem ao fogo amigo contra a área econômica, afirmando que o governo exagerou na dose, ao ser conservadora no manejo da taxa básica de juros (Selic). Segundo o ministro, a rigidez na política monetária acabou esfriando a economia. Perguntado se o aperto da política monetária foi exagerado, o ministro respondeu:

"Houve exagero em diversas áreas, inclusive na de comércio exterior. Medidas monetárias foram tomadas para esfriar a economia", disse Furlan, para quem, uma queda maior na taxa de juros não provocaria, necessariamente, aumento da inflação.

"Não temos efetivamente qualquer sinal no Brasil de que haja inflação de demanda. Nós temos é o oposto. Há setores que trabalham com ociosidade. Na construção civil isto é claríssimo. Além disso, teremos uma boa safra ano que vem, o que nos deixa menos preocupados com a agricultura."

CRÍTICAS - Furlan se juntou ao grupo que faz críticas à política conduzida pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Depois da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, nesta semana o presidente do BNDES, Guido Mantega, jogou pedras na condução da política monetária, apontada por ele como a grande responsável pela queda de 1,2% do PIB no trimestre passado. E segunda-feira foi a vez de o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, criticar os juros altos. No dia seguinte, ele adotou um tom mais ameno. Outro crítico constante da política de juros é o vice-presidente José Alencar.

Economia - Brasil



LINDOMAR CRUZ/ABR

Durante café da manhã com jornalistas, Luiz Fernando Furlan faz balanço do ano e lamentou a valorização do real frente ao dólar

Já a ministra Dilma voltou a falar de economia na quarta-feira, pela primeira vez após a briga nos bastidores com o ministro Palocci. Ela, no entanto, não fez críticas e afirmou que, se os juros caírem, conforme sinalização do Banco Central, e o PIB crescer a partir de 4% no próximo ano, conforme a expectativa, o governo poderá fazer em 2006 um ajuste fiscal inferior aos 4,25% estabelecidos na meta.

Por outro lado, Furlan disse que o País poderia conviver tranquilamente com um supe-

rávit comercial (exportações menos exportações) de US\$ 20 bilhões por ano, e não os US\$ 44 bilhões que já foram apurados nos últimos 12 meses. Para ele, a razão do elevado saldo da balança comercial se deve ao fraco desempenho das importações, especialmente nos casos de bens de capital, componentes e matérias-primas. Por isso, acrescentou, o grande desafio para o ano que vem é que as compras externas cresçam a taxas maiores do que as exportações.

"Cada um tem suas res-

ponsabilidades. Não era nosso objetivo um saldo de US\$ 44 bilhões. Esperávamos as importações a um ritmo maior", disse o ministro.

Furlan também aproveitou para lamentar a valorização do real frente ao dólar. O exportador, enfatizou o ministro, perdeu rentabilidade e alguns setores já estariam revendo suas projeções para o ano que vem.

"Certa vez, um alto dirigente de uma multinacional disse uma coisa certa: o juro alto inibe as vendas no merca-

do interno e o câmbio valorizado inibe as vendas no mercado externo".

O ministro disse esperar que a taxa de juro real no Brasil caia para um dígito e ressaltou que as empresas precisam de mais medidas de desoneração para ganhar competitividade e as compras externas crescerem a taxas mais substantivas. Um dos instrumentos a ser lançado ano que vem é a MP do Bem 2, uma nova medida provisória com incentivos fiscais para estimular a produção e os investimentos.

Champanhe para risco-país

O ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, vai estourar outra champanhe francesa Cristal para comemorar mais uma vez a queda do Risco-Brasil. Ele espera que a "barreira dos 300 pontos" seja quebrada ainda em dezembro. "Isso era inimaginável por vocês, mas por mim não. Tenho uma champanhe Cristal geladinho lá em casa me esperando", confessou ontem a jornalistas convidados para um café da manhã no ministério, quando fez um balanço de fim de ano.

Ontem, a taxa do risco-Brasil registrou alta de sete pontos, para 324 pontos básicos, após bater na terça-feira a mínima histórica - 316 pontos. O risco-país é um indicador de confiança, usado pelos investidores internacionais para decidir quais títulos de dívida devem comprar. O número reflete, basicamente, o risco de um investidor tomar um "calote", por isso quanto maior o risco do País, menos atrativo ele se torna.

Para não estragar as comemorações, Furlan disse que desta vez decidiu não entregar a garrafa de champanhe para o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, guardar. "Da outra vez, ele tomou escondido e não falou. Aí, quando eu falei 'vamos comemorar', ele fez aquela cara de bispo que ele faz", contou em tom descontraído. Ao ser questionado como é a "cara de bispo" do ministro, Furlan explicou aos risos e empotando a voz para imitar o colega: "O Palocci é uma pessoa muita serena então ele faz aquela cara de bispo e diz: meus irmãos, a champagne eu já tomei."

APOSTA - Em junho de 2003, Furlan havia desembolsado 100 euros para comprar uma garrafa de Cristal. Entregou a garrafa a Palocci, e eles combinaram que a abririam quando o risco-país caísse abaixo dos 400 pontos. A marca só foi atingida de forma consistente no final do ano passado. Quando Furlan procurou Palocci para tomar juntos a champanhe, foi informado que a garrafa já havia sido esvaziada.

Nessa época também o ministro do Desenvolvimento afirmou que pretendia ver o risco-país despencar para 300 pontos em dezembro deste ano, e para 200 pontos no final de 2006.

Dilma nega mudança de meta

A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, divulgou ontem nota em que afirma que não há discussões no governo sobre alterações na meta de superávit primário de 4,25% do PIB definida para 2006.

Na quarta-feira, Dilma afirmara que "espera" a redução do superávit "desde que você tenha um aumento do PIB, desde que tenha uma queda da taxa de juros".

Em nota distribuída pela Casa Civil, ela esclareceu que, "ao responder perguntas de

jornalistas (...), considerou como hipótese de longo prazo a redução do superávit fiscal, dependendo, naturalmente, dos indicadores da economia". Na nota, ela também ressalta que a meta de 4,25%, decidida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, faz parte do projeto de lei do Orçamento em 2006.

Dilma se transformou nas últimas semanas na principal crítica da política econômica dentro do governo, abrindo uma crise com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. A



Ministra Dilma Rousseff divulga nota: hipótese de longo prazo